



SIMULADO ESPECIAL

TCE-MA

Analista Estadual de Apoio ao Controle Externo – Direito

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TCE-MA**, cargo de **Analista Estadual de Apoio ao Controle Externo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/YkazyX4rYBdPJMJQ7>

01 - ABCDE	21 - ABCDE	41 - ABCDE	61 - ABCDE	81 - ABCDE
02 - ABCDE	22 - ABCDE	42 - ABCDE	62 - ABCDE	82 - ABCDE
03 - ABCDE	23 - ABCDE	43 - ABCDE	63 - ABCDE	83 - ABCDE
04 - ABCDE	24 - ABCDE	44 - ABCDE	64 - ABCDE	84 - ABCDE
05 - ABCDE	25 - ABCDE	45 - ABCDE	65 - ABCDE	85 - ABCDE
06 - ABCDE	26 - ABCDE	46 - ABCDE	66 - ABCDE	86 - ABCDE
07 - ABCDE	27 - ABCDE	47 - ABCDE	67 - ABCDE	87 - ABCDE
08 - ABCDE	28 - ABCDE	48 - ABCDE	68 - ABCDE	88 - ABCDE
09 - ABCDE	29 - ABCDE	49 - ABCDE	69 - ABCDE	89 - ABCDE
10 - ABCDE	30 - ABCDE	50 - ABCDE	70 - ABCDE	90 - ABCDE
11 - ABCDE	31 - ABCDE	51 - ABCDE	71 - ABCDE	91 - ABCDE
12 - ABCDE	32 - ABCDE	52 - ABCDE	72 - ABCDE	92 - ABCDE
13 - ABCDE	33 - ABCDE	53 - ABCDE	73 - ABCDE	93 - ABCDE
14 - ABCDE	34 - ABCDE	54 - ABCDE	74 - ABCDE	94 - ABCDE
15 - ABCDE	35 - ABCDE	55 - ABCDE	75 - ABCDE	95 - ABCDE
16 - ABCDE	36 - ABCDE	56 - ABCDE	76 - ABCDE	96 - ABCDE
17 - ABCDE	37 - ABCDE	57 - ABCDE	77 - ABCDE	97 - ABCDE
18 - ABCDE	38 - ABCDE	58 - ABCDE	78 - ABCDE	98 - ABCDE
19 - ABCDE	39 - ABCDE	59 - ABCDE	79 - ABCDE	99 - ABCDE
20 - ABCDE	40 - ABCDE	60 - ABCDE	80 - ABCDE	100 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/3TOccZj>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

TEXTO:**Impacto da Inteligência Artificial no Pensamento Crítico**

No mundo contemporâneo, a inteligência artificial (IA) está se tornando uma ferramenta indispensável em diversas áreas, desde a medicina até o marketing digital. No entanto, um estudo recente realizado pela Microsoft em parceria com a Universidade Carnegie Mellon levanta preocupações significativas sobre o impacto dessa tecnologia nas habilidades cognitivas humanas.

A pesquisa revela que a dependência de instrumentos de IA para a execução de tarefas rotineiras pode levar a uma diminuição do pensamento crítico, uma habilidade essencial para a resolução de problemas complexos. Os cientistas alertam que, embora a IA aumente a eficiência, ela também reduz o engajamento crítico dos usuários, especialmente em ambientes onde a supervisão se torna mais comum do que a execução direta de tarefas.

Dentro desse contexto, profissionais de marketing e tecnologia devem refletir sobre seu papel na integração de IA em seus processos, garantindo que o uso dessas tecnologias fortaleça, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas no longo prazo.

Desafios do Uso de IA no Trabalho

O estudo mencionou que a utilização de IA permitiu a realização de tarefas mais eficientes, mas também destacou que uma confiança excessiva nessas tecnologias pode resultar em um pensamento analítico superficial. Situações comuns onde isso ocorreu incluem a criação de apresentações por professores usando o DALL-E e traders que utilizam o ChatGPT da OpenAI para gerar recomendações estratégicas.

A pesquisa envolveu 319 profissionais que relataram suas experiências ao usar IA. Muitos participantes mencionaram que sentiram uma redução na necessidade de exercício do pensamento crítico quando as respostas geradas pareciam confiáveis, mas se envolveram mais criticamente quando percebiam ainda alguma incerteza nas soluções propostas pela IA.

Fatores Influenciadores do Pensamento Crítico

Uma série de fatores pode influenciar o quanto as pessoas exercem seu pensamento crítico. O estudo revelou que, sob condições de pressão de tempo, a habilidade de pensar de forma crítica tende a diminuir. Por outro lado, cenários de alto risco podem aumentar essa capacidade, uma vez que um erro pode ter consequências sérias.

Essas observações são fundamentais para empresas que buscam integrar IA em suas operações. Criar ambientes que incentivem a análise crítica e reflexão pode ser essencial para maximizar os benefícios da IA sem sacrificar as capacidades cognitivas dos colaboradores.

[...]

Regulando a Dependência Cognitiva

Uma das principais recomendações da Microsoft para minimizar a “atrofia” cognitiva é garantir que as ferramentas de IA incentivem o aprendizado do usuário. Isso pode incluir metodologias que ajudam os usuários a desenvolverem suas habilidades analíticas, como verificar fatos e analisar argumentos complexos.

A IA deve ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas. Esta abordagem motivacional pode ser o diferencial para criar um ecossistema digital mais robusto e sustentável.

A Nova Era da Inteligência Coletiva

Conscientes das pressões tecnológicas, empresas e indivíduos precisam adotar uma postura crítica e consciente sobre como a IA é incorporada em nossa rotina profissional e pessoal. Aqueles que equilibram essa adaptação com o fortalecimento de suas habilidades cognitivas estarão, sem dúvida, mais bem preparados para moldar o futuro.

Rodrigo Neves

Presidente Nacional da AnaMid

CEO da VitaminaWeb

1. Depreende-se do texto que o exercício do pensamento crítico por usuários de inteligência artificial
 - a) diminui necessariamente quando a tecnologia é empregada na realização de tarefas profissionais.
 - b) tende a intensificar-se quando os usuários identificam incertezas nas respostas da IA ou quando as consequências de um erro são relevantes.
 - c) depende exclusivamente do nível de formação técnica dos profissionais que utilizam ferramentas de IA.
 - d) se torna dispensável quando as respostas fornecidas pela tecnologia apresentam aparência de confiabilidade.
 - e) é favorecido pela pressão de tempo, uma vez que essa condição exige decisões mais rápidas e criteriosas.
 2. No que se refere à tipologia textual, é correto afirmar que, no texto,
 - a) predominam os tipos narrativo e descritivo, uma vez que são relatadas experiências individuais de profissionais.
 - b) há predomínio do tipo injuntivo, pois o autor apresenta instruções sequenciais para a utilização de ferramentas de IA.
 - c) predomina o tipo expositivo, já que o autor se limita a divulgar os resultados da pesquisa sem defender um ponto de vista.
 - d) predomina o tipo dissertativo-argumentativo, sendo as informações sobre a pesquisa utilizadas para fundamentar a defesa de um uso crítico e consciente da IA.
 - e) há equilíbrio entre os tipos narrativo e injuntivo, visto que o autor relata fatos e determina como as empresas devem agir.
 3. No trecho “A IA **deve** ser vista como uma parceira, facilitando o desenvolvimento de competências críticas em vez de substituir a necessidade delas”, a forma verbal “deve” expressa sentido de
 - a) probabilidade.
 - b) desejo.
 - c) certeza decorrente de comprovação científica.
 - d) recomendação orientada pela posição defendida no texto.
 - e) possibilidade condicionada à atuação das empresas.
 4. Em relação aos aspectos sintáticos e coesivos do texto, julgue os itens seguintes.
 - I. Em “garantindo **que o uso dessas tecnologias fortaleça**, em vez de enfraquecer, as habilidades humanas”, a oração destacada exerce a função de complemento verbal direto da forma “garantindo”.
 - II. Em “319 profissionais **que relataram suas experiências ao usar IA**”, o pronome relativo “que” exerce a função de sujeito da forma verbal “relataram”.
 - III. Em “quando as respostas geradas pareciam confiáveis”, a oração introduzida por “quando” expressa circunstância de causa em relação à oração anterior.
- Assinale a opção correta.
- a) Nenhum item está certo.
 - b) Apenas o item I está certo.
 - c) Apenas o item III está certo.
 - d) Apenas os itens I e II estão certos.
 - e) Apenas os itens II e III estão certos.

**COMPETÊNCIAS DIGITAIS E INFORMÁTICA
APLICADA AO SETOR PÚBLICO***Emannuelle Gouveia*

5. No serviço público, a análise de informações exige critérios para avaliar a qualidade dos dados antes de utilizá-los em decisões administrativas. Considerando o pensamento computacional aplicado ao setor público, assinale a alternativa correta:
- a) A automação de processos elimina a necessidade de avaliar a origem e a qualidade das informações utilizadas.
 - b) A análise crítica de dados envolve verificar fonte, contexto e consistência das informações antes de utilizá-las para tomada de decisão.
 - c) A utilização de grandes volumes de dados garante automaticamente que as informações sejam confiáveis e livres de distorções.
 - d) O compartilhamento rápido de informações deve ser priorizado, mesmo sem validação prévia, para aumentar a transparência pública.
 - e) A ética no uso de dados restringe-se à proteção de senhas e ao controle de acesso aos sistemas informatizados.
6. No Microsoft Windows, o gerenciamento de arquivos e pastas permite organizar informações armazenadas no computador e controlar operações realizadas pelo usuário. Considerando os recursos do sistema operacional, assinale a alternativa correta:
- a) A exclusão de uma pasta pelo Explorador de Arquivos remove sempre todos os arquivos de forma definitiva, sem possibilidade de recuperação.
 - b) Os atalhos do Windows armazenam uma segunda cópia completa do arquivo original para facilitar o acesso.
 - c) A alteração do nome de um arquivo modifica obrigatoriamente o formato interno do conteúdo armazenado.
 - d) O Explorador de Arquivos permite apenas visualizar arquivos, não sendo possível realizar operações de cópia ou movimentação.
 - e) As permissões de arquivos e pastas permitem controlar quais usuários podem acessar, modificar ou executar determinados recursos.
7. Em ferramentas de comunicação e colaboração, a escolha entre webmail, cliente de e-mail e aplicativos de reunião depende das necessidades de acesso, integração e uso dos recursos disponíveis. Considerando esses serviços, assinale a alternativa correta:
- a) O webmail exige a instalação de um programa específico no computador para permitir o envio e recebimento de mensagens.
 - b) Clientes de e-mail não permitem configurar contas de diferentes provedores, pois funcionam apenas com um único serviço de correio eletrônico.
 - c) Aplicativos como Microsoft Teams e Google Meet são destinados exclusivamente ao envio de mensagens de texto, sem suporte a reuniões virtuais.
 - d) Ferramentas de colaboração podem integrar comunicação, reuniões on-line e compartilhamento de informações, favorecendo atividades realizadas remotamente.
 - e) O trabalho remoto elimina a necessidade de controles de acesso, pois os usuários utilizam apenas dispositivos pessoais.

8. Em processos administrativos eletrônicos, a assinatura digital é utilizada para garantir a autenticidade e a integridade de documentos. Considerando esse recurso, assinale a alternativa correta:

- a) A assinatura digital utiliza mecanismos criptográficos para vincular a identidade do signatário ao documento e permitir a verificação de possíveis alterações.
- b) A assinatura digital impede qualquer cópia do documento assinado, tornando sua reprodução tecnicamente impossível.
- c) A assinatura digital tem como finalidade principal reduzir o tamanho dos arquivos armazenados nos sistemas administrativos.
- d) A assinatura digital substitui a necessidade de controle de acesso aos sistemas, pois qualquer documento assinado passa a ser protegido contra todos os tipos de ataque.
- e) A assinatura digital funciona apenas quando o documento permanece armazenado no mesmo computador em que foi criado.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

O enunciado a seguir, refere-se às questões 9, 10 e 11. Corujinha realizou uma pesquisa, na comunidade concurseira, sobre hábitos alimentares de 300 concurseiros, e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de carne;
- 100 gostam de feijoada;
- 80 gostam de galeto;
- 50 gostam de carne e feijoada;
- 40 gostam de carne e galeto;
- 30 gostam de feijoada e galeto;
- 20 gostam dos três.

9. O número de concurseiros que não gostam de nenhum dos pratos listados acima é igual a:

- a) 70
- b) 110
- c) 85
- d) 125
- e) 100

10. Quatro pessoas são escolhidas aleatoriamente dentre os concurseiros que gostam SOMENTE de carne e feijoada. Calcule a quantidade de maneiras que essa escolha pode ser feita.

- a) 27.405
- b) 27.435
- c) 27.450
- d) 27.500
- e) 27.542

11. Escolhendo-se aleatoriamente um concurseiro, qual é a probabilidade de que ele goste de carne e galeto OU feijoada e galeto?

- a) $\frac{1}{2}$
- b) $\frac{1}{3}$
- c) $\frac{1}{4}$
- d) $\frac{1}{5}$
- e) $\frac{1}{6}$

12. **P1:** Se Caio não é alegre, então Gael samba.

P2: Se Caio é alegre, então José não é festeiro.

P3: José é festeiro.

A conclusão do argumento acima é:

- a) Caio é alegre e o Gael não samba
- b) Caio não é alegre e Gael samba
- c) Caio é alegre e Gael samba
- d) Caio não é alegre e Gael não samba
- e) se José não é festeiro, então Gael não samba

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

13. A União e o Estado do Maranhão decidem se consorciar para atuarem conjuntamente em questões de interesse comum, especialmente relacionadas ao desenvolvimento regional e à infraestrutura. No momento de elaborar o protocolo de intenções do almejado consórcio público, surge a controvérsia sobre a competência pela fiscalização do consórcio.

Analizando a estrutura de controle dos consórcios públicos prevista na Lei nº 11.107/2005, a fiscalização sobre este consórcio será exercida pelo:

- a) Tribunal de Contas da União, exclusivamente, por se tratar de consórcio com participação da União, ente federativo de maior estatura.
- b) Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, exclusivamente, dada a predominância de seu interesse.
- c) Tribunal de Contas da União, se o representante legal do consórcio for o Presidente da República ou, pelo Tribunal de Contas do Estado, em caso contrário.
- d) Tribunal de Contas da União, quanto à aplicação dos recursos repassados pela União, e pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, quanto à aplicação dos recursos estaduais, caracterizando dupla sujeição ao controle externo, mas sem que se configure sobreposição de esforços ou *bis in idem*.
- e) controle interno do próprio consórcio, sendo vedada a fiscalização por Tribunais de Contas para garantir a autonomia do arranjo federativo.

14. Determinado cidadão, menor de idade, apresentou pedido de acesso a informações sobre despesas públicas de uma autarquia estadual. A entidade negou o acesso sob o argumento de que o cidadão é menor de idade e não apresentou a motivação determinante para a consulta. Assinale a alternativa correta:

- a) A negativa é legítima, pois o interesse público deve ser comprovado pelo requerente.
- b) O indeferimento é ilegítimo, pois são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- c) O indeferimento é legítimo, pois o acesso não depende da fundamentação do pedido, mas o solicitante não pode ser menor de idade, por expressão vedação legal.
- d) Será sempre gratuito o serviço de busca e fornecimento das informações.
- e) O pedido é legítimo e deve ser atendido em no máximo 20 dias úteis.

15. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) confere proteção reforçada aos dados pessoais de crianças e adolescentes, determinando que o tratamento dessas informações deve observar o seu melhor interesse, além de exigir cautelas específicas dos agentes responsáveis pelo tratamento. Nesse contexto, destaca-se o chamado “ECA Digital”, instituído pela Lei nº 15.211/2025, que reforça a proteção existente considerando o crescimento do uso de redes sociais, plataformas digitais, jogos e serviços on-line por esse público.

De acordo com as regras atualmente previstas na LGPD, o tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado:

- a) Apenas para fins educacionais, sendo proibido o uso com intuito econômico.
- b) Apenas mediante consentimento específico e em destaque dado necessariamente por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal, como regra geral.
- c) Somente com autorização judicial prévia, expedida pelo juiz da competente vara da infância e juventude.
- d) Mediante consentimento específico dado por ambos os pais, exceto se dado for coletado em ambiente escolar.
- e) Mediante o consentimento da própria criança que tenha mais de 10 anos completos.

16. Nos termos dispostos no Decreto 11.462/2023, que regulamenta o sistema de registro de preços (SRP), julgue os itens a seguir:

- I. O Registro de Preços poderá ser adotado, entre outras hipóteses, quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade estadual, municipal ou federal.
- II. Na contratação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária não é necessária para a realização da licitação, somente sendo exigida para a formalização do contrato.
- III. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 ano, podendo ser prorrogado por igual período, devendo ser contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional.
- IV. É permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem a indicação do total de itens a ser adquirido.

Assinale a alternativa que apresenta todas as assertivas corretas:

- a) I, II, e IV.
- b) I e II.
- c) I, II e III.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

17. Possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, conforme a doutrina e a jurisprudência do STF, a norma constitucional seguinte:

- a) “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) construir uma sociedade livre, justa e solidária”
- b) “ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante”
- c) “é garantido o direito de herança”

d) “o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”

e) “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”

18. De acordo com a jurisprudência do STF, é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina, desde que cumpridas algumas condições. Assinale aquela que não é uma condição prevista, cumulativa ou alternativamente, no entendimento da Corte:

- a) que a vacina seja registrada em órgão de vigilância sanitária
- b) que a vacina tenha sido incluída no Programa Nacional de Imunizações
- c) que o imunizante tenha sua aplicação obrigatória determinada em lei
- d) que a vacina seja objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico
- e) que haja concordância dos pais ou responsáveis, em caso de menor de idade.

19. A renúncia à nacionalidade brasileira originária:

- a) não é admitida no direito brasileiro
- b) não impede a reaquisição da nacionalidade originária
- c) pode ser realizada, ainda que a nacionalidade brasileira seja a única
- d) não impede a reaquisição da nacionalidade, mas que se dará na forma de brasileiro naturalizado
- e) pode acontecer de forma expressa ou tácita.

20. O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas:

- a) não tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua
- b) tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas, inclusive perante o qual atua
- c) não possui previsão constitucional
- d) possui existência autônoma e fisionomia institucional própria
- e) integra o Ministério Público Comum

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

21. Júlia, servidora recém-empossada em cargo público, ao estudar os sistemas de controle jurisdicional da administração pública, anotou que a doutrina costuma identificar dois grandes modelos: o sistema de jurisdição una (também chamado de sistema inglês) e o sistema de dualidade de jurisdição, ou sistema do contencioso administrativo (também chamado de sistema francês). A respeito desses sistemas e do modelo adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) O Brasil adota o sistema de dualidade de jurisdição, também chamado de sistema francês, segundo o qual cabe a órgãos de contencioso administrativo, integrantes da própria estrutura do Poder Executivo, proferir a decisão final e definitiva sobre os litígios que envolvam a administração pública, subtraindo tal apreciação do Poder Judiciário.
- b) No sistema de jurisdição una, também chamado de sistema inglês e adotado pelo Brasil, o Poder Judiciário detém o monopólio, ou quase monopólio, da função jurisdicional, competindo-lhe apreciar, com força de definitividade, lesão ou ameaça a direito, inclusive quando o litígio envolver atos praticados pela própria administração pública.
- c) O sistema de dualidade de jurisdição, adotado pelo Brasil por influência do modelo francês, permite que os Tribunais de Contas, no exercício da função de controle externo, profiram decisões revestidas de coisa julgada em sentido estritamente judicial, insuscetíveis de reapreciação pelo Poder Judiciário.
- d) O princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto na Constituição Federal, é o principal fundamento do sistema de dualidade de jurisdição.
- e) A adoção do sistema de jurisdição una pelo ordenamento brasileiro impede que a própria administração pública, no exercício do poder-dever de autotutela, desfaça de ofício os seus próprios atos ilegais, cabendo tal atribuição, com exclusividade, ao Poder Judiciário.

22. A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão recebeu, tempestivamente, o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) sobre as contas anuais prestadas pelo Governador do Estado, com proposta de rejeição. Em sessão de julgamento, a maioria simples dos deputados estaduais presentes deliberou pela aprovação das Contas do Governador. Considerando a repartição constitucional de competências entre o TCE/MA e o Poder Legislativo estadual, assinale a alternativa correta.

- a) A deliberação da Assembleia Legislativa é inválida, pois a Constituição Federal exige quórum qualificado de dois terços dos deputados estaduais para que o parecer prévio do TCE deixe de prevalecer.
- b) Compete privativamente ao TCE/MA o efetivo julgamento das contas anuais prestadas pelo Governador do Estado.
- c) Cabe à Assembleia Legislativa o efetivo julgamento das contas do Governador, não havendo, nesse caso, quórum qualificado constitucionalmente exigido para que a Casa Legislativa delibere de forma diversa da conclusão do parecer prévio.
- d) Além da emissão do parecer prévio sobre as contas de governo do Governador, compete exclusivamente à Assembleia Legislativa o julgamento das contas de gestão dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos estaduais.
- e) Em razão do princípio da simetria em relação ao modelo federal, o TCE/MA somente pode instaurar processo de tomada de contas especial contra administrador estadual mediante prévia autorização da Assembleia Legislativa.

23. A respeito da organização constitucional do Tribunal de Contas da União e das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 139/2026, assinale a alternativa correta.

- a) O TCU é integrado por nove Ministros, com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional.

- b) Os Tribunais de Contas são instituições permanentes essenciais ao exercício da função jurisdicional do Estado.

- c) Os Ministros do TCU, quando no exercício regular da judicatura, têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

- d) Compete privativamente ao Congresso Nacional a nomeação dos nove Ministros do TCU, ainda que a indicação, conforme o caso, seja de competência do Chefe do Executivo.

- e) O auditor do TCU, quando não estiver em substituição a Ministro, exerce atribuições de natureza meramente opinativa e consultiva, não lhe sendo asseguradas, nessas hipóteses, as garantias e os impedimentos próprios da magistratura.

24. Quanto à classificação do controle da administração pública relativamente à natureza ou ao aspecto do objeto controlado, assinale a alternativa correta.

- a) O controle de mérito, que envolve o juízo de conveniência e oportunidade dentro da margem de liberdade conferida por lei ao agente público, pode ser exercido na função jurisdicional.

- b) O controle de legalidade, quando exercido pelo Poder Judiciário, poderá ensejar tanto a anulação quanto a convalidação do ato administrativo viciado, esta última desde que se trate de vício sanável.

- c) O controle de legalidade pode ser exercido pelos três Poderes, ao passo que o controle de mérito constitui, em regra, prerrogativa exclusiva da administração pública.

- d) Constatado que um ato discricionário foi praticado de forma desproporcional ou desarrazoada, ainda que dentro dos limites máximos previstos em lei, não poderá o Poder Judiciário invalidá-lo, sob pena de indevida invasão do mérito administrativo.

- e) O controle de legalidade exercido pelo Tribunal de Contas depende sempre de prévia provocação do interessado.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Herbert Almeida*

25. Em processo de tomada de contas especial instaurado pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE/MA) para apurar possível dano ao erário municipal, o relator verificou que o gestor responsável não deu causa a qualquer prejuízo, mas cometeu impropriedade de natureza formal na execução da despesa, insuficiente para configurar as hipóteses de irregularidade previstas em lei. Verificou-se, ainda, que, em razão do baixo valor estimado do eventual ressarcimento, o custo da cobrança judicial seria superior ao proveito econômico da medida. Considerando a disciplina da Lei nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do TCE/MA) sobre as decisões em processos de contas, assinale a alternativa correta.

- a) Diante da ausência de dano ao erário, as contas serão consideradas ilíquidáveis, com o consequente trancamento do processo.
- b) As contas deverão ser julgadas regulares com ressalva, hipótese em que, comprovado o eventual recolhimento de multa imputada, o Tribunal dará quitação ao responsável e lhe determinará a adoção de medidas necessárias à correção das irregularidades ou faltas identificadas.
- c) Ainda que o custo da cobrança judicial seja superior ao valor do eventual ressarcimento, é vedado ao TCE/MA determinar o arquivamento do processo sem o cancelamento do débito.
- d) A decisão que julgar as contas regulares com ressalva tem natureza terminativa.
- e) A existência de impropriedade formal, ainda que não resulte dano ao erário, sujeita obrigatoriamente o responsável à sanção de inabilitação para o exercício de cargo em comissão.

26. O Ministério Público junto ao TCE/MA, dez meses após o término do prazo para interposição de recurso de reconsideração contra acórdão que julgou irregulares as contas de determinado gestor municipal, tomou conhecimento de fatos novos,

consistentes em documentos não examinados no processo original, aptos a demonstrar a existência de responsáveis adicionais pelo dano apurado. Considerando o regime recursal previsto na Lei nº 8.258/2005, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público está impedido de questionar a decisão, pois, transcorrido o prazo de reconsideração, opera-se a preclusão consumativa.
- b) O instrumento cabível é o recurso de revisão, de natureza similar à ação rescisória, que pode ser interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal dentro do prazo de dois anos, sem efeito suspensivo.
- c) O instrumento cabível é o recurso de reconsideração, ainda que fora do prazo ordinário de quinze dias, pois a superveniência de fatos novos autoriza sua interposição a qualquer tempo, com efeito suspensivo sobre a integralidade do acórdão recorrido.
- d) Cabem embargos de declaração, já que o objetivo é sanar omissão do acórdão quanto à responsabilidade de terceiros, sendo dispensada, nessa hipótese, a prévia audiência do Ministério Público, por se tratar do próprio recorrente.
- e) O Ministério Público junto ao Tribunal não possui legitimidade para interpor qualquer dos recursos previstos na Lei Orgânica do TCE/MA, sendo essa prerrogativa exclusiva da parte interessada ou de seus sucessores.

27. Segundo o Regimento Interno do TCE/MA, sobre a sustentação oral no julgamento de processos, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível em qualquer caso, inclusive no julgamento de embargos de declaração.
- b) O prazo da parte é de quinze minutos, improrrogável, sem admitir aparte.
- c) Havendo mais de um interessado representado pelo mesmo procurador, o prazo é duplicado.
- d) O requerimento pode ser apresentado verbalmente, já no início da sessão.
- e) Após a sustentação da parte, é vedada qualquer manifestação do Ministério Público.

28. O Secretário de Estado da Fazenda do Maranhão formulou consulta ao TCE/MA, articulada e devidamente instruída com parecer do órgão de assistência jurídica da Secretaria, acerca de caso concreto na aplicação de recursos vinculados à área de saúde. A autoridade, contudo, não demonstrou a pertinência temática da consulta com as atribuições da Secretaria da Fazenda. Considerando a disciplina da consulta na Lei nº 8.258/2005, assinale a alternativa correta.

- a) A consulta deve ser conhecida e respondida pelo Tribunal, uma vez que estão presentes os requisitos de admissibilidade.
- b) A resposta à consulta, uma vez conhecida, teria caráter vinculante quanto ao caso concreto relativo ao Município mencionado, constituindo prejulgamento do processo de fiscalização em curso.
- c) A consulta não deve ser conhecida, tanto por não ter sido demonstrada a pertinência temática exigida da autoridade consulente quanto por versar sobre caso concreto.
- d) A consulta deve ser conhecida exclusivamente em razão de estar instruída com parecer do órgão de assistência jurídica da Secretaria, requisito que, por si só, supre a ausência de pertinência temática.
- e) Secretários de Estado não figuram, em qualquer hipótese, entre as autoridades legitimadas a formular consulta ao TCE/MA.

HISTÓRIA

Alessandra (Alê) Lopes

29. Na segunda metade do século XVIII, a economia maranhense experimentou importante crescimento. A política econômica pombalina e a conjuntura internacional favoreceram a expansão de atividades destinadas ao mercado externo.

A respeito desse processo, assinale a opção correta.

- a) A Companhia Geral de Comércio proibiu a entrada de africanos escravizados no Maranhão.
- b) O crescimento econômico fundamentou-se exclusivamente na produção de açúcar.
- c) A expansão do algodão e do arroz ocorreu sem a participação de companhias comerciais.
- d) A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estimulou as exportações e ampliou a entrada de africanos escravizados.
- e) A política pombalina eliminou o trabalho escravo e incentivou exclusivamente o trabalho livre europeu.

30. A Balaiada reuniu participantes de diferentes origens sociais. Raimundo Gomes, Manuel Francisco dos Anjos Ferreira — conhecido como Balaio — e Cosme Bento das Chagas figuraram entre suas principais lideranças.

Considerando a composição e as lideranças do movimento, assinale a opção correta.

- a) Cosme Bento liderou um numeroso grupo formado por escravizados e libertos, o que evidencia a dimensão social e racial do conflito.
- b) Raimundo Gomes era presidente da província e comandou a repressão imperial.
- c) Balaio pertencia à elite agrária e defendia exclusivamente os interesses dos grandes proprietários.
- d) Cosme Bento participou apenas de forma secundária e não exerceu liderança popular.
- e) As lideranças populares permaneceram politicamente subordinadas às elites liberais durante todo o movimento.

31. O governo imperial enviou Luís Alves de Lima e Silva ao Maranhão para assumir a presidência da província e o comando das forças encarregadas de combater a Balaiada. Sua atuação combinou medidas militares e políticas.

Assinale a opção correta acerca da repressão ao movimento.

- a) A pacificação resultou exclusivamente de operações militares, sem qualquer concessão aos rebeldes.
- b) O governo recusou anistia aos participantes que abandonassem a luta.
- c) Luís Alves utilizou operações militares e anistias para provocar deserções e enfraquecer o movimento.
- d) A repressão fracassou, e os balaíos assumiram definitivamente o governo provincial.
- e) Luís Alves recebeu o título de Barão de Caxias antes do conflito, em razão de sua atuação no Primeiro Reinado.

32. Nas eleições de 1965, José Sarney apresentou-se como integrante das Oposições Coligadas e como alternativa ao domínio político exercido pelo grupo de Vitorino Freire. Sua campanha adotou um discurso de renovação e modernização do Maranhão.

Acerca das consequências dessa eleição, assinale a opção correta.

- a) A vitória de Sarney preservou integralmente o vitorinismo e manteve Vitorino Freire no controle do governo estadual.
- b) A eleição eliminou imediatamente as práticas oligárquicas e clientelistas da política maranhense.
- c) Sarney venceu como candidato do PSD estadual e sucessor indicado por Vitorino Freire.
- d) A vitória enfraqueceu o vitorinismo, mas favoreceu, posteriormente, a consolidação de um novo grupo dominante associado ao sarneísmo.
- e) O resultado encerrou a influência do governo federal sobre a política estadual.

GEOGRAFIA

Priscila Lima

33. A posição geográfica do Maranhão ajuda a explicar sua condição de contato entre diferentes regiões brasileiras e a importância de elementos naturais na delimitação de seu território.

Sobre a localização, os limites e os pontos extremos do Maranhão, é correto afirmar que

- a) com cerca de 330 mil km², limita-se com Piauí, Pará, Tocantins e Oceano Atlântico; seus extremos situam-se em Carutapera, Alto Parnaíba, Araisos e São Pedro da Água Branca.
- b) situado integralmente no interior nordestino, limita-se com Piauí, Ceará, Tocantins e Pará; seus extremos leste e oeste encontram-se, respectivamente, em Caxias e Imperatriz.
- c) sua fronteira oriental acompanha principalmente o rio Tocantins, enquanto o rio Parnaíba estabelece parte do limite ocidental; ao norte, o território alcança a divisa terrestre com o Pará.
- d) seus limites meridionais são definidos exclusivamente pelo rio Tocantins, enquanto a fronteira com o Piauí combina trechos terrestres e o rio Gurupi, alcançando o litoral oriental.
- e) a maior extensão territorial ocorre no sentido leste-oeste, desde a foz do Parnaíba até a divisa com Tocantins, enquanto o extremo norte localiza-se na Ilha de São Luís.

34. Observe o mapa a seguir:



Considerando a hipsometria e os compartimentos indicados pelos números 1, 2 e 3, é correto afirmar que

- a) as maiores altitudes concentram-se ao norte, diminuindo em direção ao sul; a área 1 corresponde às Reentrâncias, a 2 aos Lençóis e a 3 ao Golfão Maranhense.
- b) o relevo apresenta pouca variação altimétrica entre norte e sul; a área 1 destaca-se pelas falésias, a 2 pelas chapadas e a 3 pelas planícies fluviais interiores.
- c) as superfícies mais elevadas predominam no centro-norte e diminuem para o sul; a área 1 corresponde ao Golfão, a 2 às Reentrâncias e a 3 ao litoral dos Lençóis.
- d) as maiores altitudes predominam ao sul e diminuem em direção ao litoral; a área 1 apresenta planícies arenosas e dunas, a 2 reúne baixadas e

ambientes estuarinos e a 3 possui costa recortada, com manguezais e reentrâncias.

- e) o relevo declina do litoral para o interior; a área 1 apresenta planaltos sedimentares, a 2 corresponde à principal região serrana e a 3 caracteriza-se por chapadas próximas ao oceano.

35. O extrativismo permanece relevante em diferentes áreas do Maranhão, envolvendo recursos associados às formações vegetais, aos ambientes costeiros e fluviais e à disponibilidade de recursos minerais e energéticos.

Sobre as atividades extrativas desenvolvidas no estado, é correto afirmar que

- a) o extrativismo vegetal concentra-se principalmente no litoral, baseado na coleta de mangue, enquanto a pesca possui pouca expressão econômica e a mineração está restrita à exploração de minério de ferro no sul.
- b) a coleta do babaçu destaca-se no extrativismo vegetal e mantém forte importância social para comunidades tradicionais; a pesca artesanal aproveita a extensa rede fluvial e costeira, enquanto o extrativismo mineral inclui calcário e recursos energéticos, como o gás natural.
- c) a carnaúba constitui o principal produto extrativo de todo o território maranhense, substituindo economicamente o babaçu, enquanto a atividade pesqueira concentra-se em grandes embarcações industriais voltadas ao mercado externo.
- d) o babaçu ocorre sobretudo nos cerrados do extremo sul, onde sua exploração foi incorporada ao agronegócio mecanizado, enquanto o extrativismo mineral concentra-se no litoral pela exploração direta de bauxita destinada à produção de alumínio.
- e) a redução das formações vegetais eliminou a importância econômica do extrativismo tradicional, atualmente substituído pela mineração de carvão e pela pesca oceânica industrial, atividades predominantes nas áreas rurais do estado.

36. A expansão do comércio e dos serviços no Maranhão depende da capacidade de conectar centros urbanos, áreas produtoras e mercados consumidores. Por isso, investimentos em transportes e telecomunicações interferem diretamente na integração econômica do território estadual.

Sobre o setor terciário e a infraestrutura maranhense, é correto afirmar que

- a) o comércio estadual concentra-se no litoral porque a precariedade das ligações terrestres impede Imperatriz e outros centros do interior de exercerem funções regionais relevantes.
- b) a modernização dos transportes priorizou o modal aéreo para cargas, reduzindo a importância das rodovias e das ferrovias na circulação de mercadorias entre o interior e São Luís.
- c) a Ferrovia Norte-Sul atende principalmente ao transporte de passageiros, enquanto o Porto do Itaqui permanece pouco integrado às áreas produtoras do interior maranhense.
- d) a ampliação das telecomunicações ocorre essencialmente em São Luís, pois a expansão da fibra óptica, do 4G e do 5G ainda não integra políticas destinadas aos municípios do interior.
- e) a integração entre BR-135, ferrovias Norte-Sul e Carajás e Porto do Itaqui estrutura importantes fluxos de cargas, enquanto a modernização dos aeroportos e a expansão das redes digitais favorecem comércio, serviços e conexões entre os centros urbanos.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

37. Acerca das características e da eficácia dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A inalienabilidade dos direitos fundamentais implica seu caráter absoluto, de modo que eles não admitem restrição nem mesmo em hipóteses de colisão com outros direitos.

b) Os direitos fundamentais são imprescritíveis, não se perdendo pelo simples decurso do tempo, ainda que não exercidos pelo titular.

c) Os direitos fundamentais vinculam exclusivamente o Poder Público, sendo incabível sua incidência nas relações entre particulares.

d) Os direitos de segunda dimensão correspondem às liberdades públicas de caráter negativo, que exigem abstenção estatal.

e) O princípio da vedação ao retrocesso social autoriza o legislador a suprimir livremente normas já concretizadoras de direitos sociais, desde que por lei ordinária.

38. Considerando a distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais e a incorporação de tratados internacionais no ordenamento brasileiro, assinale a opção correta.

a) A expressão *direitos fundamentais* designa os direitos reconhecidos em documentos internacionais, ao passo que "direitos humanos" se refere àqueles positivados na Constituição de determinado Estado.

b) Todo tratado internacional de direitos humanos ratificado pelo Brasil ingressa automaticamente no ordenamento com status de emenda constitucional.

c) Segundo o STF, os tratados internacionais de direitos humanos ratificados sem observância do rito especial previsto na Constituição Federal possuem status de norma supralegal, situando-se abaixo da Constituição e acima da legislação ordinária.

d) O rol de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal é taxativo, não admitindo ampliação por tratados internacionais.

e) A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo foram incorporados ao direito brasileiro com status de lei supralegal

39. A respeito da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, assinale a opção correta.

- a) A DUDH foi aprovada como resolução da Assembleia Geral da ONU, não possuindo, em sua origem formal, natureza de tratado internacional.
- b) A DUDH foi adotada em 1945, simultaneamente à Carta das Nações Unidas, em São Francisco.
- c) A DUDH contempla exclusivamente direitos civis e políticos.
- d) De acordo com a DUDH, o direito de asilo pode ser invocado por pessoa perseguida em razão da prática de crime comum.
- e) A DUDH admite a aplicação de pena de morte e de penas cruéis nos casos expressamente previstos na legislação interna de cada Estado.

40. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, assinale a opção correta.

- a) A pessoa com deficiência mental ou intelectual é considerada absolutamente incapaz para os atos da vida civil, devendo ser representada por curador.
- b) A curatela da pessoa com deficiência é medida extraordinária e proporcional às necessidades e circunstâncias de cada caso, afetando tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.
- c) A tomada de decisão apoiada é processo pelo qual a pessoa com deficiência elege, no mínimo, cinco apoiadores, que passam a representá-la em todos os atos da vida civil.
- d) Adaptação razoável e desenho universal são expressões sinônimas, ambas designando modificações individualizadas realizadas em caso concreto.
- e) O direito ao casamento e ao exercício dos direitos sexuais e reprodutivos é assegurado apenas à pessoa com deficiência física, vedado o seu exercício pela pessoa com deficiência intelectual.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

41. Assinale a alternativa que menciona corretamente a aplicação de princípio expresso na Lei 14.133/2021 para contratações de obras e serviços de engenharia:

- a) princípio da legalidade, porquanto a violação ao seu caráter concorrencial caracterizará ato de improbidade administrativa.
- b) princípio da segregação de funções, segundo o qual as atividades relevantes do procedimento licitatório devem ser atribuídas a agentes públicos equivalentes.
- c) princípio da vedação ao sigilo da proposta, na medida em que todos os atos da licitação são públicos.
- d) princípio da eficiência, razão pela qual o licenciamento ambiental prévio deve ser obtido antes da divulgação do edital sempre que a responsabilidade pela sua obtenção for da Administração.
- e) princípio da igualdade, razão pela qual os licenciamentos ambientais de obras públicas são tratados no Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) com a mesma prioridade das obras particulares.

42. Considerando as particularidades de uma licitação realizada sob modalidade Diálogo Competitivo, assinale a alternativa correta:

- a) É conduzida por um único servidor efetivo como regra geral.
- b) O edital da fase competitiva deve estabelecer o prazo mínimo de 25 dias úteis para a apresentação das propostas.
- c) É vedada a realização de fases sucessivas durante a etapa de diálogo.
- d) A Administração não poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas ou informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.
- e) Admite-se como critério de julgamento apenas o maior lance.

43. No tocante à distribuição da responsabilidade pelos encargos nos contratos administrativos estabelecida pela Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que a inadimplência da empresa contratada quanto aos encargos trabalhistas:

- a) Ensejará a responsabilidade *in re ipsa* da Administração Pública.
- b) Não transfere à Administração a responsabilidade pelo pagamento, exceto em serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, se comprovada falha na fiscalização.
- c) Ensejará a responsabilidade solidária da Administração, no caso de comprovada falha da fiscalização.
- d) Será transferida ao poder público se o contrato for de baixo valor.
- e) Ensejará a responsabilidade subsidiária da Administração, bastando que o contratante seja pessoa de direito público.

44. Suponha que determinado município maranhense tenha delegado à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo, celebrando contrato de concessão com sociedade empresária particular. Caso se constate serviço prestado de forma inadequada, o poder concedente:

- a) terá o dever legal de decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto do poder concedente, não cabendo qualquer indenização à empresa, em razão da extinção culposa do contrato.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

45. Considerando a classificação e o regime jurídico dos bens públicos estabelecidos no Código Civil e na doutrina, assinale a alternativa correta.

- a) Bens públicos de uso comum do povo, a exemplo das praias, podem ser alienados livremente pelo Poder Público, desde que precedida de licitação na modalidade leilão, entre outros requisitos.
- b) Bens dominiais são os únicos bens públicos que podem ser alienados, desde que observadas as exigências legais, como autorização legislativa e avaliação prévia.
- c) A afetação é o ato pelo qual o poder público retira o bem público de sua destinação específica, mediante decreto, tornando-o disponível para alienação.
- d) A usucapião de bem público é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro nas hipóteses de posse prolongada por particulares com *animus domini*.
- e) Bens de uso especial, como prédios utilizados por repartições públicas, diferenciam-se dos demais em razão de serem insuscetíveis de usucapião e impassíveis de serem objeto de execução forçada ou penhora.

46. Considerando as disposições legais a respeito do processo administrativo (Lei 9.784/1999), é correto afirmar que o recurso

- a) somente pode ser interposto por aqueles que figurarem como interessados no processo.
- b) em regra, deve ser interposto no prazo de até trinta dias contado da ciência da decisão recorrida.
- c) não será conhecido após exaurida a esfera administrativa, a qual em regra possuirá três instâncias.
- d) caso veicule alegação de que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, impõe à autoridade prolatora da decisão impugnada sua reconsideração.
- e) poderá ser interposto apenas em face de razões de mérito.

47. Considerando as regras legais quanto à descentralização por colaboração, assinale a alternativa correta.

- a) Na concessão comum de serviços públicos, a remuneração do prestador dos serviços decorrerá exclusivamente das tarifas pagas pelos usuários.
- b) A concessão de serviço público será precedida de licitação, a qual deverá ser na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- c) Na concessão patrocinada, o poder público possui exclusividade no financiamento dos custos da concessão, de modo que a contraprestação do parceiro público representa a única fonte de renda do concessionário.
- d) A lei prevê a possibilidade de a concessão ser delegada a pessoa física em municípios com até 10.000 habitantes.
- e) Não pode ser viabilizada mediante contrato de adesão.

48. A respeito do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), instituído pela Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) sua gestão é de responsabilidade da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil), devendo os tribunais de contas promover eventos de capacitação quanto à sua utilização para os servidores públicos em geral.
- b) é facultativa a publicação do inteiro teor dos editais de licitação no PNCP, podendo os entes federativos optar por publicar apenas em seus diários oficiais e em ferramentas eletrônicas próprias.
- c) é de utilização obrigatória pelos entes federativos, mas a divulgação de contratos e aditamentos no portal é facultativa, diferentemente da publicidade no site do próprio órgão contratante (Portais de Transparência).
- d) o PNCP deverá conter, entre outras informações, os planos de contratação anuais, os editais, os contratos e seus aditamentos, além de um sistema de registro cadastral unificado.
- e) o acesso ao PNCP é restrito aos órgãos de controle e aos licitantes, para se preservar o sigilo comercial das propostas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

49. A apreciação de legalidade da concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão pelo Tribunal de Contas:

- a) não se sujeita a prazo
- b) sujeita-se a prazo prescricional de 4 anos
- c) sujeita-se a prazo decadencial de 5 anos, a contar da concessão
- d) sujeita-se a prazo decadencial de 5 anos, a contar da chegada do processo na corte de contas
- e) sujeita-se a prazo decadencial de 4 anos, a contar da concessão

50. É princípio da Ordem Econômica, conforme o art. 170 da CF, exceto:

- a) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação
- b) redução das desigualdades regionais, sociais e culturais
- c) busca do pleno emprego
- d) livre concorrência
- e) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País

51. Julgue os itens a seguir, a respeito do meio ambiente na Constituição:

- I - É imprescritível a pretensão de reparação civil de dano ambiental.
- II - É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário decorrente da exploração irregular do patrimônio mineral da União.
- III - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, caso inadimplida a obrigação de reparar os danos causados.

Estão corretos, apenas:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) I e III
- d) II e III
- e) nenhum dos itens

52. Considere que Xilofônico é prefeito de Tuntum-MA, tendo ordenado a realização de determinada despesa, para pagamento de contrato realizado sem prévia licitação. Por entender que Xilofônico ordenou a realização de despesa ilegal, o Tribunal de Contas do Maranhão pode:

- a) rejeitar as contas e condenar Xilofônico à devolução dos valores ilegalmente realizados
- b) emitir parecer pela rejeição das contas de Xilofônico, as quais só podem ser rejeitadas pela Assembleia Legislativa
- c) emitir parecer pela rejeição das contas de Xilofônico, as quais só podem ser rejeitadas pela Câmara Municipal
- d) emitir parecer pela rejeição das contas de Xilofônico, as quais só podem ser rejeitadas pelo Congresso Nacional
- e) arquivar as contas de Xilofônico

53. E. A Poe, Secretário de Assuntos Internacionais de Açailândia-MA, foi condenado ao pagamento de multa sancionatória pelo TCE-MA por desviar recursos da Prefeitura. C. Darwin, Secretário de Fazenda de Zé Doca-MA, por outro lado, foi condenado pelo TCE-MA ao pagamento de multa simples, por descumprir obrigação de direito financeiro (respeito ao limite prudencial de despesas com pessoal). Nos termos da jurisprudência do STF, ação de execução fiscal deve ser ajuizada, respectivamente:

- a) pelo Município de Açailândia e pelo Município de Zé Doca
- b) pelo Estado do Maranhão e pelo Município de Zé Doca
- c) pelo Estado do Maranhão, em ambos os casos
- d) Município de Açailândia e pelo Estado do Maranhão
- e) pelo Ministério Público de Contas e pelo Município de Zé Doca.

54. Quanto aos arts. 225 e 231 da Constituição, que tratam da tutela constitucional do meio ambiente e dos povos indígenas, assinale a alternativa correta:

- a) a proteção constitucional das terras indígenas é incompatível com a sobreposição da mesma área como de proteção ambiental
- b) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso especial
- c) a propriedade das terras indígenas é da União, assegurando-se às comunidades indígenas o usufruto exclusivo das riquezas do solo e do subsolo
- d) a mineração em terras indígenas precisa ser autorizada pelo Congresso Nacional, assegurado poder de veto às comunidades indígenas
- e) aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei

55. De acordo com o regramento constitucional do Poder Judiciário, pode propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, exceto:

- a) Presidente da República
- b) Presidente do Senado Federal
- c) Partido político com representação no Congresso Nacional
- d) Confederação sindical
- e) entidade de classe de âmbito nacional

56. Dentre as alternativas abaixo, que tratam do regime constitucional dos Tribunais de Contas, assinale a única que está ERRADA:

- a) A competência técnica do Tribunal de Contas do Estado, ao negar registro de admissão de pessoal, não se subordina à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- b) O parecer técnico elaborado pelo Tribunal de Contas tem natureza meramente opinativa, competindo exclusivamente à Câmara de Vereadores o julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo local, sendo cabível, porém, o julgamento ficto das contas por decurso de prazo, nos casos em que comprovada a omissão da Câmara Municipal.
- c) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- d) O Conselho Federal e os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil não estão obrigados a prestar contas ao Tribunal de Contas da União nem a qualquer outra entidade externa.
- e) No âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

DIREITO FINANCEIRO*Luciana Marinho*

Acerca do assunto Princípios Orçamentários, julgue os itens que se seguem.

57. Durante a elaboração da proposta orçamentária de determinado estado, decidiu-se excluir da LOA as receitas e despesas de uma autarquia estadual, sob o argumento de que a entidade possui personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e patrimônio próprio.

Considerando os princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- a) A decisão é compatível com o princípio da unidade, pois a autonomia da autarquia autoriza orçamento independente da LOA.
- b) A exclusão somente seria irregular se a autarquia fosse dependente de transferências do tesouro estadual.
- c) A decisão viola o princípio da universalidade, segundo o qual a LOA deve abranger as receitas e despesas das entidades integrantes da administração direta e indireta alcançadas pelo orçamento.
- d) A decisão viola exclusivamente o princípio da anualidade.
- e) A autonomia administrativa da autarquia afasta a incidência dos princípios orçamentários.

58. Ao examinar a proposta de LOA submetida à sua apreciação, a equipe técnica do Poder Legislativo constatou que uma receita patrimonial havia sido registrada apenas pelo montante líquido, após a dedução dos gastos diretamente relacionados à sua obtenção. A unidade responsável pela proposta justificou o procedimento afirmando que a evidenciação do resultado líquido seria suficiente para demonstrar os efeitos financeiros da operação.

Considerando os princípios orçamentários, assinale a opção correta.

- a) O procedimento é admissível sempre que a despesa deduzida estiver diretamente relacionada à obtenção da receita, pois a universalidade exige apenas a evidenciação do resultado financeiro da operação.
- b) O procedimento contraria o princípio do orçamento bruto, segundo o qual receitas e despesas devem constar da LOA pelos seus valores totais, vedadas deduções.
- c) O procedimento contraria exclusivamente o princípio da universalidade, que determina não apenas a inclusão das receitas e despesas no orçamento, mas também sua apresentação pelos valores integrais.
- d) A dedução seria vedada apenas se incidisse sobre receita tributária, pois receitas patrimoniais admitem apresentação pelo valor líquido.
- e) A compensação entre receitas e despesas é admitida quando ambas decorrerem do mesmo fato econômico, desde que o resultado líquido esteja expressamente demonstrado na LOA.

59. Com o objetivo de garantir estabilidade financeira a determinado órgão estadual, foi aprovada lei vinculando percentual fixo da arrecadação de um imposto estadual ao custeio permanente de suas atividades. A medida foi fundamentada na autonomia financeira do estado e na necessidade de assegurar recursos mínimos para o funcionamento do órgão.

Considerando o princípio constitucional da não afetação das receitas de impostos, assinale a opção correta.

- a) A vinculação é válida, pois os estados possuem autonomia para determinar livremente a destinação dos impostos de sua competência.
- b) A vinculação é válida desde que estabelecida por lei específica, uma vez que a exigência de autorização legislativa afasta a incidência da não afetação.
- c) A vinculação é, em regra, incompatível com a não afetação, pois a receita de impostos não pode ser vinculada a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as hipóteses admitidas pela própria Constituição.
- d) A vinculação é necessariamente inválida, uma vez que a vedação à vinculação das receitas de impostos possui caráter absoluto.
- e) A vinculação seria constitucional se alcançasse apenas parcela da arrecadação, pois a vedação incide exclusivamente sobre a vinculação integral da receita do imposto.

Acerca do assunto Estágios da Receita e da Despesa, julgue os itens que se seguem.

60. Durante procedimento de fiscalização tributária, a administração fazendária constatou a ocorrência do fato gerador de determinado tributo. Após identificar o sujeito passivo, a autoridade competente verificou a matéria tributável, calculou o montante devido e formalizou o crédito tributário correspondente. Em momento posterior, o contribuinte efetuou o pagamento em instituição financeira autorizada, que, posteriormente, transferiu os valores recebidos à conta do Tesouro.

Considerando os estágios da receita pública apresentados no material, assinale a opção que identifica corretamente os três momentos descritos, respectivamente.

- a) Previsão, lançamento e arrecadação.
- b) Lançamento, recolhimento e arrecadação.
- c) Lançamento, arrecadação e recolhimento.
- d) Arrecadação, lançamento e recolhimento.
- e) Previsão, arrecadação e recolhimento.

61. Após a entrega de equipamentos adquiridos pela administração pública, o setor responsável recebeu a nota fiscal apresentada pelo fornecedor. Antes de autorizar o pagamento, o servidor competente confrontou a documentação fiscal com a nota de empenho, o contrato, o termo de recebimento e as especificações dos equipamentos efetivamente entregues, com o objetivo de verificar a origem e o objeto da obrigação, o valor exato a pagar e a pessoa a quem deveria ser efetuado o pagamento.

Com base nos estágios da execução da despesa pública, o procedimento descrito caracteriza

- a) a liquidação, pois compreende a verificação do direito adquirido pelo credor com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) o empenho, pois é nessa etapa que se verifica definitivamente o objeto da obrigação, o valor devido e a identidade do credor.
- c) a ordem de pagamento, pois a conferência da documentação comprobatória produz, por si só, autorização para a saída dos recursos financeiros.
- d) o pagamento, pois o reconhecimento do direito do fornecedor implica simultaneamente a extinção da obrigação assumida pela administração.
- e) a fixação da despesa, pois a conferência do contrato e da nota de empenho confirma a existência de dotação destinada ao atendimento da obrigação.

62. Um órgão público pretende contratar empresa para realizar serviço de manutenção em suas instalações. Concluído o procedimento necessário à contratação e antes da efetiva prestação do serviço, a autoridade competente pratica ato destinado a comprometer parcela da dotação orçamentária disponível para fazer frente à obrigação assumida. Após a execução contratual, serão verificados o cumprimento da obrigação pelo contratado e o respectivo direito ao recebimento.

À luz dos estágios da despesa pública, assinale a opção correta.

- a) O primeiro ato descrito corresponde à liquidação, pois individualiza previamente o credor e determina o valor reservado para a contratação.
- b) O primeiro ato descrito corresponde ao empenho, enquanto a posterior verificação do cumprimento da obrigação e do direito adquirido pelo credor caracteriza a liquidação.
- c) A reserva da dotação corresponde ao pagamento, pois representa o reconhecimento definitivo da obrigação financeira do Estado.
- d) O empenho somente poderá ocorrer após a execução do serviço, uma vez que depende da comprovação do direito adquirido pelo credor.
- e) A liquidação deve anteceder o empenho sempre que o objeto contratado depender de posterior comprovação de sua execução.

Acerca do assunto Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue os itens que se seguem.

63. Ao final de determinado quadrimestre, verificou-se que a dívida consolidada de um estado ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal. Diante da situação, o governador determinou a adoção de providências para o retorno ao limite, mas sustentou que, durante o período de recondução, o estado poderia contratar novas operações de crédito destinadas a financiar investimentos previstos no plano plurianual, desde que tais operações não ampliassem o percentual de excesso inicialmente apurado.

Considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal relativas aos limites da dívida pública e à sua recondução, assinale a opção correta.

- a) A interpretação do governador está correta, pois a vedação à contratação de operações de crédito somente incide quando a nova operação provocar aumento do percentual de excesso da dívida consolidada.
- b) A superação do limite da dívida consolidada impede qualquer execução de despesa de capital até que o ente demonstre o retorno integral ao limite estabelecido pelo Senado Federal.
- c) A recondução da dívida consolidada aos limites constitui medida facultativa quando o excesso decorrer de operações destinadas ao financiamento de investimentos previstos no PPA e na LOA.
- d) A ultrapassagem do limite somente produz restrições fiscais depois de encerrado o exercício financeiro, pois os limites da dívida consolidada são apurados exclusivamente em 31 de dezembro de cada ano.
- e) Uma vez ultrapassado o limite da dívida consolidada, o ente deverá reconduzi-la ao limite nos termos e prazos estabelecidos pela legislação, ficando sujeito, enquanto perdurar o excesso, às restrições fiscais previstas na LRF, inclusive quanto à realização de operações de crédito.

64. Determinado estado celebrou contrato com empresa privada para aquisição de equipamentos de elevado valor. Embora o instrumento tenha sido formalmente denominado “contrato de fornecimento”, ficou estabelecido que os equipamentos seriam entregues imediatamente e que o pagamento seria realizado de forma parcelada durante vários exercícios financeiros, mediante condições que, em sua essência econômica, produzem efeito semelhante à obtenção de financiamento pelo poder público.

A equipe técnica responsável pela análise fiscal sustentou que a operação não poderia ser submetida às regras da LRF relativas às operações de crédito, pois não houve celebração formal de contrato de empréstimo com instituição financeira.

Considerando os conceitos de endividamento e operação de crédito adotados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a opção correta.

- a) A equipe técnica está correta, pois somente negócios jurídicos celebrados com instituições financeiras podem ser enquadrados como operações de crédito para fins da LRF.
- b) A equipe técnica está correta, pois a classificação fiscal de determinada operação deve observar prioritariamente a denominação jurídica atribuída ao instrumento contratual pelas partes.
- c) A operação somente poderá ser equiparada a operação de crédito se o fornecedor privado tiver como atividade principal a concessão de empréstimos ou financiamentos.
- d) A ausência de contrato formal de empréstimo não impede o enquadramento da operação nas regras de endividamento, pois a LRF alcança compromissos financeiros que, por sua estrutura e substância econômica, sejam equiparáveis a operações de crédito.
- e) O parcelamento de aquisição de bens constitui necessariamente operação de crédito, independentemente das condições estabelecidas no negócio e de seus efeitos financeiros.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fábio Dutra

65. Considerando as regras constitucionais relativas ao princípio da anterioridade tributária e às suas exceções, assinale a alternativa incorreta:

- a) O imposto de importação e o imposto de exportação constituem exceção tanto à anterioridade anual quanto à nonagesimal, em razão de sua função extrafiscal.
- b) O imposto sobre produtos industrializados constitui exceção à anterioridade anual, mas deve observar a anterioridade nonagesimal.
- c) O restabelecimento das alíquotas da contribuição de intervenção no domínio econômico incidente sobre combustíveis constitui exceção à anterioridade anual, mas não à nonagesimal.
- d) A fixação da base de cálculo do imposto sobre a propriedade territorial rural constitui exceção à anterioridade nonagesimal, por força de disposição constitucional expressa.
- e) Os empréstimos compulsórios instituídos para atender a despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública ou guerra externa iminente constituem exceção tanto à anterioridade anual quanto à nonagesimal.

66. A Instituição Religiosa Fé e Luz é proprietária de dois imóveis urbanos: no primeiro funciona seu templo principal; o segundo é integralmente alugado a uma empresa de contabilidade, sendo os aluguéis revertidos para a manutenção das atividades religiosas da entidade. A instituição mantém, ainda, uma organização assistencial vinculada, sem fins lucrativos, que atende crianças em situação de vulnerabilidade em imóvel de sua propriedade. Diante desse cenário, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, é correto afirmar que:

- a) apenas o imóvel onde funciona o templo está abrangido pela imunidade, incidindo normalmente o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana sobre o imóvel alugado à empresa de contabilidade.
- b) o imóvel alugado a terceiros permanece imune ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades para as quais a entidade religiosa foi constituída, e o imóvel da organização assistencial vinculada também é alcançado pela imunidade.
- c) a imunidade tributária de que goza a entidade dispensa-a do cumprimento de obrigações acessórias, tais como a manutenção de escrituração fiscal regular.
- d) apenas a imunidade recíproca é aplicável ao caso, uma vez que a imunidade dos templos de qualquer culto não se estende a organizações assistenciais vinculadas a entidades religiosas.
- e) a imunidade do templo abrange exclusivamente o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, não podendo ser invocada em relação a outros impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda ou os serviços vinculados às finalidades essenciais da entidade.

67. Acerca da repartição das receitas tributárias disciplinada pela Constituição Federal, analise os itens a seguir:

- I. Pertence aos Municípios cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese de o Município optar por fiscalizá-lo e cobrá-lo, na forma da lei, sem reduzir o imposto ou conceder qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- II. Pertence aos Estados e ao Distrito Federal vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União vier a instituir no exercício de sua competência residual.
- III. Pertence aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto estadual sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) III, apenas.

68. Julgue os itens a seguir, à luz do Código Tributário Nacional, assinalando (V) para verdadeiro e (F) para falso, e ao final marque a alternativa que apresente a sequência correta.

- () Tratando-se de negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, considera-se ocorrido o fato gerador desde a celebração do negócio, sendo irrelevante, para fins tributários, o implemento da condição.
 - () A definição legal do fato gerador é interpretada com abstração da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelo contribuinte, de modo que os rendimentos auferidos em decorrência de atividade ilícita estão sujeitos à incidência do imposto de renda.
 - () A obrigação tributária acessória depende da existência de obrigação principal correspondente, não podendo ser exigida de pessoa amparada por isenção ou imunidade tributária.
- a) V, V, F
 - b) V, F, V
 - c) F, F, V
 - d) V, V, V
 - e) F, V, F

69. Sobre as modalidades de lançamento tributário disciplinadas pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta:

- a) No lançamento por declaração, o sujeito passivo antecipa o pagamento do tributo sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo a esta apenas homologar o procedimento.
- b) O lançamento de ofício somente pode ser utilizado nas hipóteses em que o tributo tenha sido originalmente sujeito a essa modalidade, sendo vedada sua utilização para revisão de lançamentos efetuados por declaração ou por homologação.
- c) Se a lei não fixar prazo para a homologação do lançamento, este será de cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador, findo o qual se considera homologado tacitamente o lançamento, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- d) A entrega de declaração pelo contribuinte, reconhecendo débito fiscal, não é suficiente para a constituição do crédito tributário, sendo

indispensável a notificação de lançamento pela autoridade administrativa.

- e) Compete exclusivamente à lei ordinária de cada ente federativo, e nunca à lei complementar, a fixação do prazo para homologação do lançamento.

70. A empresa Alfa Comércio de Materiais de Construção Ltda., situada no Estado do Espírito Santo, foi autuada pelo Fisco estadual em razão de suposto recolhimento a menor de ICMS. Diante da autuação, a empresa avalia diferentes estratégias para suspender a exigibilidade do crédito tributário até a definição da controvérsia. Considerando o Código Tributário Nacional e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta:

- a) Caso a empresa apresente reclamação administrativa regularmente admitida, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, a exigibilidade do crédito tributário restará suspensa, independentemente de qualquer depósito.
- b) Caso a empresa opte por oferecer fiança bancária, em vez de efetuar o depósito em dinheiro, a exigibilidade do crédito tributário restará igualmente suspensa, por serem tais garantias equivalentes para essa finalidade.
- c) Caso a empresa obtenha medida liminar em mandado de segurança impetrado contra a cobrança, a exigibilidade do crédito tributário restará suspensa enquanto perdurarem os efeitos da decisão.
- d) Caso a empresa venha a aderir a parcelamento do débito, nos termos e condições estabelecidos em lei específica, a exigibilidade do crédito tributário restará suspensa, sem prejuízo da incidência de juros e multas, salvo disposição legal em contrário.
- e) Ainda que a exigibilidade do crédito tributário venha a ser suspensa por qualquer das modalidades legalmente previstas, a empresa não estará dispensada do cumprimento das obrigações acessórias relacionadas à obrigação principal.

71. Sobre a decadência e a prescrição no âmbito do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do STJ, analise os itens a seguir:

- I. Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, havendo pagamento antecipado pelo sujeito passivo, o prazo decadencial para o Fisco constituir eventuais diferenças conta-se da ocorrência do fato gerador.
- II. A anulação do lançamento por vício material, mediante decisão definitiva, devolve à Fazenda Pública novo prazo de cinco anos para a constituição do crédito tributário, contado da data em que se tornar definitiva a decisão anulatória.
- III. O despacho do juiz que ordena a citação em execução fiscal interrompe o prazo prescricional, assim como o protesto judicial ou extrajudicial e qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

72. Sobre a isenção e a anistia, causas de exclusão do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta:

- a) A anistia abrange as infrações cometidas antes e depois da vigência da lei que a concede, desde que o sujeito passivo regularize sua situação perante o Fisco no prazo legal.
- b) A isenção, ainda quando prevista em contrato, decorre sempre de lei que especifique as condições e os requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- c) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não se estende às taxas e às contribuições de melhoria,

tampouco aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

- d) A anistia não se aplica aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, tampouco às infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- e) A exclusão do crédito tributário, seja por isenção, seja por anistia, não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Mauricio

73. Lucas, produtor rural que exerce suas atividades em regime de economia familiar sem empregados permanentes, contratou um trabalhador por prazo determinado para auxiliar na colheita durante 150 dias no ano civil.

De acordo com o Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/1999), Lucas:

- a) Mantém a condição de segurado especial, independentemente do tempo de contratação.
- b) Perde a condição de segurado especial, passando a ser enquadrado como contribuinte individual.
- c) Passa a ser enquadrado como segurado empregado do RGPS.
- d) Torna-se segurado facultativo durante os meses de contratação do trabalhador.
- e) É descaracterizado como segurado do RGPS, sendo obrigado a filiar-se ao RPPS.

74. A Fundação Esperança, entidade beneficente de assistência social sem fins lucrativos, atende integralmente a todas as exigências estabelecidas em lei complementar para o gozo de imunidade previdenciária. A Receita Federal, contudo, cobrou a cota patronal das contribuições sociais da entidade.

Com base no Artigo 195 da Constituição Federal, a cobrança efetuada é:

- a) Legítima, pois a Constituição proíbe a imunidade de contribuições sociais a entidades privadas.
- b) Indevida, pois a imunidade desobriga a entidade inclusive do recolhimento da cota dos seus empregados.
- c) Legítima, pois a imunidade constitucional aplica-se apenas ao Imposto sobre a Renda.
- d) Indevida, contanto que a entidade obtenha prévia autorização em Emenda Constitucional.
- e) Indevida, pois as entidades beneficentes de assistência social que atendem à lei são imunes das contribuições sociais.

75. Bruno, segurado empregado do RGPS, contava com mais de 120 contribuições ininterruptas sem perda da qualidade de segurado). Em janeiro de 2024, Bruno foi demitido sem justa causa e deixou de exercer atividade remunerada, não estando suspenso nem licenciado.

Considerando as regras sobre a manutenção da qualidade de segurado (período de graça) no Decreto nº 3.048/1999, Bruno manterá a qualidade de segurado, independentemente de novas contribuições e sem comprovação prévia de desemprego involuntário, pelo prazo de até:

- a) 6 meses.
- b) 12 meses.
- c) 24 meses.
- d) 36 meses.
- e) 48 meses.

76. Renata filiou-se ao RGPS como segurada empregada de uma empresa comercial. No seu segundo mês de trabalho, sofreu um acidente de trânsito durante seu período de folga no final de semana, ficando temporariamente incapacitada para o trabalho.

A respeito da exigência de carência para a concessão do benefício por incapacidade temporária, o Decreto nº 3.048/1999 estabelece que:

- a) É exigida a carência mínima de 12 contribuições mensais, por se tratar de acidente fora do local de trabalho.
- b) A carência será dispensada apenas se a incapacidade for definitiva e gerar aposentadoria por incapacidade permanente.
- c) Exige-se a carência reduzida de 6 contribuições mensais por ser segurada empregada.
- d) Não haverá direito ao benefício, pois acidentes de folga não são cobertos pelo RGPS.
- e) O benefício independe de carência, pois se trata de acidente de qualquer natureza.

77. Roberto trabalha em uma indústria metalúrgica e pleiteou aposentadoria especial exclusivamente em razão de sua profissão, sem apresentar comprovação da efetiva exposição a agentes nocivos.

Analisando o pedido à luz da Constituição Federal (Art. 201, § 1º) e do Decreto nº 3.048/1999:

- a) O pedido deve ser deferido, pois o enquadramento por categoria profissional permanece válido no RGPS.
- b) O pedido depende apenas da concordância do sindicato da categoria.
- c) O pedido deve ser deferido, desde que Roberto comprove 10 anos de atividade no setor.
- d) O pedido deve ser indeferido, pois é vedada a caracterização por categoria profissional, exigindo-se comprovação da efetiva exposição aos agentes nocivos.
- e) O benefício foi extinto pela Constituição e substituído obrigatoriamente por auxílio-acidente.

78. Marcos, segurado do RGPS considerado de baixa renda nos termos da lei, possuía mais de 24 contribuições mensais para o RGPS e foi preso em regime fechado para cumprimento de pena privativa de liberdade. Marcos não está em gozo de benefício por incapacidade nem recebe remuneração da empresa. Ele possui um filho de 10 anos de idade.

À luz da CF/88 (Art. 201, IV) e do Decreto nº 3.048/1999, o auxílio-reclusão:

- a) Será pago diretamente ao segurado Marcos enquanto durar a prisão.
- b) Será devido exclusivamente aos dependentes do segurado recolhido à prisão em regime fechado.
- c) Será devido aos dependentes mesmo se Marcos estivesse cumprindo pena em regime aberto ou semiaberto.
- d) Não será pago, pois a prisão suspende automaticamente todos os benefícios do RGPS.
- e) Será devido aos dependentes independentemente da renda do segurado no momento da prisão.

79. O Estado W instituiu o Regime de Previdência Complementar (RPC) para seus servidores públicos ocupantes de cargo efetivo. Uma das diretrizes propostas na legislação estadual prevê que a contribuição do Estado, na qualidade de patrocinador, será o dobro do valor fixado para a contribuição do servidor participante.

Analisando essa previsão frente ao Artigo 202 da Constituição Federal:

- a) A previsão é constitucional, pois o ente público pode aportar a quantia que entender conveniente.
- b) A previsão é constitucional, pois a previdência complementar possui natureza compulsória.
- c) A previsão é constitucional, desde que o plano seja gerido por uma entidade aberta de previdência.
- d) A previsão é inconstitucional, pois o ente público é proibido de aportar qualquer recurso na previdência complementar.
- e) A previsão é inconstitucional, pois a contribuição do patrocinador não poderá exceder a do participante.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

80. Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
- b) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das disposições gerais já existentes, revoga estas últimas.
- c) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- d) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
- e) O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou culpa.

81. Com relação às associações e fundações, assinale a alternativa correta.

- a) Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.
- b) A qualidade de associado é transmissível, se o estatuto não dispuser o contrário.
- c) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, restituídos ao patrimônio deste.
- d) Velará pelas fundações o Tribunal de Contas do Estado onde situadas.
- e) Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação.

82. Quando a lei proibir a prática do negócio jurídico, sem cominar sanção, ter-se-á hipótese de:

- a) Nulidade, sujeitando-se ao prazo prescricional de 10 anos.
- b) Nulidade, que não convalesce pelo decurso do tempo.
- c) Anulabilidade, sujeitando-se ao prazo decadencial de 4 anos.
- d) Anulabilidade, sujeitando-se ao prazo decadencial de 2 anos.
- e) Nem nulidade nem anulabilidade, porém sendo obrigatório o ressarcimento dos danos causados.

83. Com relação aos princípios, à classificação e à interpretação dos contratos, assinale a alternativa correta.

- a) Nas relações contratuais privadas, assegura-se a garantia da ampla possibilidade de revisão contratual.
- b) As partes negociantes não poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais, devendo submeter-se aos parâmetros legalmente fixados.
- c) A alocação de riscos definida pelas partes deve ser se adequar aos casos legalmente previstos.
- d) Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, estas incorrerão em nulidade.
- e) É lícito às partes estipular contratos atípicos.

84. Quanto à obrigação do dono do hotel de responder pelos danos que seu hóspede vier a causar a terceiros, pode-se afirmar que se trata de uma responsabilidade:

- a) subjetiva, desde que comprovado o dolo do dono do hotel e a culpa do hóspede.
- b) subjetiva, desde que comprovada a culpa ou o dolo do dono do hotel e do hóspede.
- c) subjetiva, dispensada a prova da culpa do hóspede se comprovada a culpa do dono do hotel.

d) objetiva, independentemente da comprovação de culpa do hóspede.

e) objetiva, desde que comprovada a culpa do hóspede.

85. André e Mariana, casados, invadiram área de terra de 60 hectares situada no interior do Maranhão, onde mantiveram posse mansa, pacífica e contínua, pelo período de 11 anos, lá desenvolvendo serviços de caráter produtivo. O casal não contava com nenhum outro imóvel de sua propriedade.

Com relação à possibilidade de André e Mariana virem a adquirir o imóvel por usucapião, é correto afirmar:

- a) Não é possível a usucapião.
- b) É possível a usucapião, desde que o casal renuncie a 10 hectares.
- c) É possível a usucapião, sem restrições.
- d) Somente será possível a usucapião se o casal permanecer mais 4 anos no exercício da posse.
- e) Somente será possível a usucapião se o casal ostentar justo título e boa-fé.

86. Com relação à hipoteca, assinale a alternativa correta.

- a) Só aquele que pode alienar poderá hipotecar.
- b) A coisa comum a dois ou mais proprietários pode ser dada em hipoteca, na sua totalidade, com o consentimento da maioria.
- c) É válida a cláusula que autoriza o credor pignoratício, anticrético ou hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- d) Domínio útil não pode ser objeto de hipoteca.
- e) O dono do imóvel hipotecado não pode constituir outra hipoteca sobre ele.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

87. Carlos ajuizou ação popular com o objetivo de impugnar a cobrança de tributo, em razão da majoração de alíquota por lei estadual, sob a justificativa de desrespeito ao princípio da anterioridade anual, incluindo como um dos pedidos a restituição dos valores pagos a maior pelos contribuintes. De acordo com a lei 4.717/1965, e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a ação popular, é correto afirmar que:

- a) Não cabe ação popular para discutir relação jurídica tributária, mesmo fundada em suposto prejuízo aos contribuintes.
- b) É plenamente cabível a ação popular na forma pretendida, uma vez que se trata de ato lesivo ao patrimônio público.
- c) A ação popular somente deve ser conhecida no que tange à restituição de valores pagos a maior pelos contribuintes, não servindo para impugnar cobrança de tributo.
- d) Não cabe ação popular para discutir relação jurídica tributária, salvo se fundada em suposto prejuízo aos contribuintes.
- e) A ação popular somente deve ser conhecida no que tange à impugnação da cobrança de tributo, não podendo ser utilizada para a restituição dos valores pagos a maior pelos contribuintes.

88. Em procedimento em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado, foi constatado que determinado servidor estadual teve enriquecimento significativo, totalmente incompatível com a sua remuneração percebida. Diante disso, o Ministério Público foi oficiado que, após instauração de procedimento específico de investigação, concluiu pela ocorrência de ato de improbidade, tendo sido ajuizada a respectiva ação. Considerando os aspectos processuais da lei de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) É vedada a decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, ainda se comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- b) Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz extinguirá o feito sem resolução do mérito.
- c) Ocorrendo a demonstração de relação mínima entre a variação patrimonial e a atividade pública, haverá presunção relativa de irregularidade, o que inverte o ônus probatório em desfavor do servidor.
- d) Ao réu será assegurado o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio implicarão confissão.
- e) Das decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento, salvo da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação, que deverão ser impugnadas em apelação.

89. No que diz respeito à citação no âmbito do processo civil, assinale a alternativa correta.

- a) Transitada em julgado a sentença de mérito proferida em favor do réu antes da citação, é desnecessária a sua comunicação.
- b) A citação sempre será pessoal, sob pena de nulidade.
- c) Embora se admita a citação por edital, é vedada a sua realização por hora certa.
- d) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa, que reverterá em favor do Estado.
- e) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

90. Assinale a opção correta no que se refere à reclamação, observado o entendimento dos tribunais superiores, e o disposto no Código de Processo Civil.

- a) A reclamação pode ser proposta perante qualquer juízo ou tribunal.
- b) Na reclamação que não houver formulado, é dispensável a intimação do Ministério Público.
- c) A decisão que obsta o processamento do recurso deve ser impugnada somente por reclamação, tanto na fase de conhecimento, quanto na fase de execução.
- d) Admite-se sustentação oral na reclamação.
- e) A reclamação deverá ser instruída com prova testemunhal e dirigida ao presidente do tribunal.

91. No que se refere às provas no processo civil, julgue os itens a seguir.

I - O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.

II – É vedada a utilização de prova emprestada.

III – A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.

IV – O juiz indeferirá, em decisão fundamentada, as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Está correto o que se afirma:

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I, II, III e IV.
- d) II e IV.
- e) IV, apenas.

92. De acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o rol de hipóteses de cabimento do agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil,

- a) É taxativo.
- b) É meramente exemplificativo.
- c) É de taxatividade mitigada, e por isso admitido quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.
- d) É de taxatividade mitigada, e por isso admitido apenas em situações previamente estabelecidas pelo STJ.
- e) É de taxatividade mitigada, enquanto não editada lei complementar sobre o assunto.

93. Acerca da coisa julgada, assinale a alternativa correta.

- a) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, podendo prejudicar terceiros.
- b) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.
- c) Os motivos, desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, fazem coisa julgada.
- d) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.
- e) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites das questões principais e prejudiciais expressamente decididas.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

94. Durante a prática de uma conduta prevista como crime, Caio prevê a possibilidade de produzir determinado resultado. Embora não queira diretamente sua ocorrência, aceita essa possibilidade e prossegue na realização da conduta, mostrando-se indiferente à eventual produção do resultado. Considerando as regras gerais previstas no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Caio agiu com culpa inconsciente, pois não desejava diretamente a produção do resultado.
- b) Caio agiu com culpa consciente, pois previu o resultado, mas confiou sinceramente que conseguiria evitá-lo.
- c) Caio agiu com dolo eventual, pois previu a possibilidade do resultado e assumiu o risco de produzi-lo.
- d) Caio agiu com dolo direto de segundo grau, pois todo resultado previsto pelo agente é necessariamente desejado.
- e) Caio agiu sem dolo e sem culpa, pois a responsabilização subjetiva exige que o resultado seja diretamente desejado.

95. Durante uma caçada legalmente autorizada, em área de mata fechada, Túlio avista um vulto se movendo atrás de arbustos e, sinceramente convencido de que se trata de um animal de grande porte, efetua disparo de arma de fogo, atingindo e matando Pedro, outro caçador que se encontrava no local. Apurou-se que qualquer pessoa, nas mesmas circunstâncias, teria incorrido no mesmo equívoco. Sobre o erro de tipo e institutos correlatos, assinale a alternativa correta de acordo com o Código Penal:

- a) Túlio agiu em erro de tipo essencial vencível, devendo responder por homicídio culposo.
- b) Túlio agiu em erro de tipo essencial invencível, o que exclui o dolo e a culpa, tornando o fato atípico.

c) Túlio agiu em erro de proibição, pois desconhecia a ilicitude de sua conduta, devendo ser isento de pena.

d) A hipótese configura erro sobre a pessoa (error in persona), de modo que Túlio responde como se tivesse atingido a pessoa que pretendia atingir.

e) A hipótese configura descriminante putativa, pois Túlio supôs situação de fato que, se existisse, tornaria sua ação legítima.

96. Determinado agente foi condenado definitivamente pela prática de crime. Antes do cumprimento integral da pena, contudo, ocorreu fato previsto expressamente pelo Código Penal como causa de extinção da punibilidade.

A respeito das causas de extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

- a) A morte do agente não extingue a punibilidade, pois a condenação transitada em julgado torna a pena patrimônio jurídico do Estado.
- b) A anistia, a graça e o indulto são causas de exclusão da ilicitude, pois retiram a natureza criminosa da conduta praticada.
- c) A prescrição, a decadência e a perempção constituem causas de extinção da punibilidade previstas no Código Penal.
- d) A lei posterior que deixa de considerar determinado fato criminoso extingue apenas a culpabilidade do agente, mantendo integralmente os efeitos penais da condenação.
- e) A renúncia ao direito de queixa produz efeitos somente após o recebimento da queixa-crime pelo Poder Judiciário.

97. Abordado em fiscalização de trânsito, um condutor, ao ser informado de que seria lavrado auto de infração em seu desfavor, ofereceu R\$ 500,00 ao policial rodoviário para que este deixasse de praticar o ato de ofício. O policial recusou de imediato a oferta e deu voz de prisão ao condutor. Considerando a situação apresentada e as disposições do Código Penal, assinale a opção correta.

- a) O condutor deverá responder por tentativa de corrupção ativa, uma vez que a vantagem indevida oferecida foi recusada pelo funcionário público.
- b) O fato é atípico, pois a corrupção ativa exige, para sua configuração, a efetiva entrega da vantagem indevida ao funcionário público.
- c) O condutor praticou corrupção ativa, crime formal que se consuma com o simples oferecimento da vantagem indevida, independentemente da aceitação pelo funcionário público.
- d) Caso o policial houvesse solicitado a vantagem e o condutor se limitasse a entregá-la, ambos responderiam em concurso: o policial por corrupção passiva e o condutor por corrupção ativa.
- e) A conduta do condutor configura desacato, pois praticada contra funcionário público no exercício de sua função.

98. Determinado servidor público, valendo-se da facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário, ingressou, fora do horário de expediente, no depósito da repartição em que trabalha, com a intenção de subtrair equipamentos de informática pertencentes à Administração. Após separar os bens e acondicioná-los em caixas para retirada, percebeu que poderia prosseguir livremente na subtração, pois não havia qualquer vigilância no local. Ainda assim, decidiu, por vontade própria, interromper a execução, deixou os bens no depósito e abandonou o local. Considerando a situação apresentada e as disposições do Código Penal, assinale a opção correta.

- a) O agente deverá responder por tentativa de peculato-furto, pois iniciou a execução do crime e a

subtração não se consumou por circunstâncias alheias à sua vontade.

- b) A hipótese configura arrependimento eficaz, pois o agente, após esgotar os atos executórios de que dispunha, atuou para impedir a consumação do crime.
- c) A hipótese configura arrependimento posterior, de modo que o agente responderá pelo peculato-furto com a pena reduzida de um a dois terços, nos termos do art. 16 do Código Penal.
- d) Houve desistência voluntária, de modo que o agente responderá somente pelos atos já praticados, nos termos do art. 15 do Código Penal.
- e) A desistência voluntária somente poderia ser reconhecida se a interrupção da execução tivesse sido espontânea, isto é, se a ideia de desistir houvesse partido exclusivamente do próprio agente, sem qualquer interferência ou sugestão de terceiro.

99. Durante uma fiscalização, um auditor foi surpreendido por indivíduo que, portando uma faca, avançou em sua direção e tentou golpeá-lo. Para repelir a agressão, o auditor utilizou meio necessário e moderado, conseguindo interromper a investida e causando lesão corporal no agressor. Com base nas disposições do Código Penal, assinale a opção correta.

- a) A reação do auditor poderá caracterizar legítima defesa, pois se destinou a repelir agressão injusta, atual, mediante utilização moderada dos meios necessários.
- b) A legítima defesa exige que o agente utilize meio de defesa mais grave do que aquele empregado pelo agressor.
- c) A legítima defesa somente pode ser reconhecida quando a agressão já tiver produzido lesão corporal na vítima.
- d) A legítima defesa somente protege direito próprio, não sendo admitida para proteção de direito de terceiro.
- e) Uma vez configurada a legítima defesa, eventual excesso cometido pelo agente jamais poderá gerar responsabilidade penal.

100. Um servidor público recebeu de seu superior hierárquico ordem para praticar determinada conduta que preenchia os elementos de um tipo penal. A ordem, entretanto, não era manifestamente ilegal, e o servidor, em razão da relação de subordinação, cumpriu a determinação.

Considerando as causas de exclusão da culpabilidade previstas no Código Penal, assinale a opção correta.

- a) O servidor será sempre responsabilizado, pois a obediência hierárquica jamais possui relevância para o Direito Penal.
 - b) A obediência hierárquica somente poderá excluir a culpabilidade quando a ordem for manifestamente ilegal.
 - c) Se presentes os requisitos legais, a obediência a ordem de superior hierárquico não manifestamente ilegal poderá excluir a culpabilidade do subordinado, sendo punível o autor da ordem.
 - d) A obediência hierárquica constitui causa de exclusão da ilicitude, pois torna lícita qualquer conduta praticada pelo subordinado.
 - e) A obediência hierárquica exclui automaticamente a culpabilidade do subordinado, ainda que a ordem tenha sido emitida por pessoa sem relação hierárquica com o agente.
-

Peça Técnica

Situação Hipotética:

O Tribunal de Contas de Alfa firmou, no ano 2025, o Contrato nº 15/2025 com a empresa Logística Expressa Ltda. O objeto do ajuste consiste na prestação de serviços contínuos de operação logística de almoxarifado, movimentação de materiais e controle informatizado de estoque sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra. No curso da execução da avença, o fiscal do contrato (especialmente designado pela autoridade competente) registrou formalmente as seguintes ocorrências em relatório técnico:

1. A contratada deixou de recolher os encargos trabalhistas e as contribuições previdenciárias de seus empregados alocados na sede do Tribunal por dois meses consecutivos, alegando dificuldades de fluxo de caixa.
2. Diante de um aumento inesperado no recebimento de materiais de consumo no almoxarifado, a Administração de Alfa emitiu uma ordem de alteração unilateral quantitativa, determinando um acréscimo de 40% no volume físico dos serviços de movimentação e armazenagem de materiais. Além disso, determinou uma alteração qualitativa para modificar o "software" de controle de inventário por um sistema próprio não previsto originalmente no projeto básico.
3. O fiscal do contrato, ciente da complexidade das alterações e de dúvidas sobre a regularidade fiscal do contratado, solicitou formalmente suporte e parecer da Assessoria Jurídica do órgão. O órgão jurídico recusou-se a prestar auxílio direto, argumentando que tal ato violaria o princípio da segregação de funções. Paralelamente, constatou-se que a empresa contratada não mantinha um preposto formalmente aceito no local da obra para representá-la na execução dos serviços.
4. Para dar suporte à reestruturação física do almoxarifado, a Administração adquiriu prateleiras de aço industriais (compras de materiais). Após a entrega física, o próprio fiscal do contrato, isoladamente, declarou o recebimento provisório e, logo em seguida, lavrou o termo de recebimento definitivo mediante ato sumário, sem a designação de servidor ou de comissão específica para essa finalidade.
5. Em razão das faltas contratuais e do descumprimento das determinações de regularização, a autoridade superior de Alfa decidiu rescindir unilateralmente a avença. A empresa manifestou oposição formal, alegando que a rescisão por ato unilateral é ilegal sem prévia decisão judicial, além de exigir a imediata liberação da garantia e o pagamento integral do faturamento pendente, sem qualquer espécie de retenção por parte do erário.

Comando da Questão:

Considerando a situação descrita e as disposições da Lei nº 14.133/2021, redija um parecer técnico fundamentado que responda, obrigatoriamente, aos seguintes cinco tópicos questionadores:

1. Analise a responsabilidade jurídica do Tribunal de Contas de Alfa em relação ao inadimplemento dos encargos trabalhistas e previdenciários de responsabilidade da empresa contratada.

2. Avalie a legalidade das alterações unilaterais impostas pela Administração (acréscimo de 40% e alteração qualitativa do "software"), indicando os limites e as restrições aplicáveis.
3. Discorra sobre a organização da fiscalização contratual, posicionando-se sobre a negativa de auxílio por parte da Assessoria Jurídica e apontando os requisitos do fiscal e do preposto.
4. Esclareça o rito legal e as competências para a realização dos recebimentos provisório e definitivo das prateleiras de aço (compras) e dos serviços logísticos.
5. Manifeste-se sobre a viabilidade jurídica da extinção unilateral pretendida pelo Tribunal, bem como sobre a legalidade da retenção de créditos e da execução da garantia contratual para fazer face aos prejuízos causados.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Folha de Resposta

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão Discursiva 1

Texto Motivador

O arranjo constitucional brasileiro estabelece uma rígida partilha de competências e de ritos procedimentais para a elaboração das leis, o que visa garantir o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes da República. No âmbito tributário, a observância dessas balizas formais é essencial para assegurar a legalidade e a segurança jurídica na instituição e majoração de exações fiscais. Desvios no processo legislativo, tais como a usurpação de iniciativa ou o uso indevido de atos normativos excepcionais do Poder Executivo, ensejam graves discussões de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

Comando da Questão

Considerando o texto motivador e os preceitos constitucionais e jurisprudenciais acerca do processo legislativo tributário, elabore um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. Discorra sobre a titularidade da iniciativa legislativa para a instituição de tributos no âmbito da União e a validade de propostas de origem parlamentar sobre essa matéria.
2. Analise a constitucionalidade do projeto de lei que apresente vício de iniciativa e avalie se a eventual sanção do Chefe do Executivo possui o condão de convalidar tal defeito formal.
3. Explique as restrições materiais à edição de medidas provisórias no campo tributário, destacando as espécies tributárias imunes a essa modalidade normativa.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Questão Discursiva 2

Texto Motivador

A distribuição constitucional de atribuições fiscais é elemento basilar para a preservação do pacto federativo e para a garantia da segurança jurídica nas relações entre o Fisco e o contribuinte. Nesse cenário, o Código Tributário Nacional delimita as fronteiras entre o poder político de legislar e a capacidade de praticar atos administrativos de fiscalização e cobrança. O desrespeito a essas balizas, bem como a incompreensão sobre os efeitos jurídicos da delegação dessas prerrogativas, costuma gerar severos conflitos federativos e litígios judiciais acerca da legitimidade dos sujeitos ativos da obrigação tributária.

Comando da Questão

Considerando o texto motivador e as regras de competência e capacidade tributária ativa, elabore um texto dissertativo abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. Explique a distinção conceitual entre competência tributária e capacidade tributária ativa, esclarecendo a possibilidade e os limites de delegação de cada um desses institutos.
2. Aborde os efeitos jurídicos decorrentes da delegação da capacidade tributária ativa, manifestando-se sobre a transferência de garantias e privilégios processuais, a revogabilidade e o tratamento dado ao recolhimento operado por instituições financeiras privadas.
3. Analise o atributo da imprescritibilidade (ou inaducabilidade) da competência tributária, fundamentando se o decurso do tempo sem o seu exercício enseja a perda do poder tributante ou autoriza a sua assunção por ente federativo distinto.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
